STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

JANEIRO/2024

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

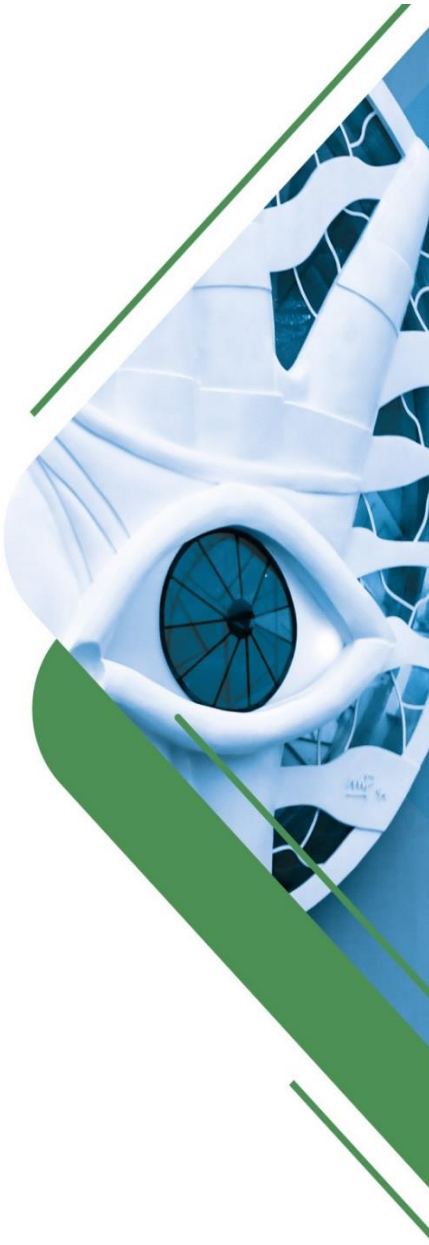
SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - CEP: 70095-900 - Brasília - DF
+55 61 3319.8000 | http://www.stj.jus.br/

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR 4
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 5
LISTA DE TABELAS 7
APRESENTAÇÃO 8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP) 9
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) 11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO) 12
BALANÇO FINANCEIRO (BF) 14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) 16
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS 17
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS 18
NOTAS EXPLICATIVAS 23
NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 23
NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO 23
NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES 24
NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO 24
NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES) 26
NOTA EXPLICATIVA 6 – PASSIVO CIRCULANTE 27
NOTA EXPLICATIVA 7 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO E DEMAIS RESERVAS 28
NOTA EXPLICATIVA 8 – SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 28
NOTA EXPLICATIVA 9 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS 28
NOTA EXPLICATIVA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS 29
NOTA EXPLICATIVA 11 – RESULTADO PATRIMONIAL 29
NOTA EXPLICATIVA 12 – RESULTADO ORÇAMENÁRIO 31
NOTA EXPLICATIVA 13 – RESULTADO FINANCEIRO 33
ANEXOS 35
ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES 35
ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA 36
ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB 37
ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS, EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO E TERMOS DE CESSÃO DE USO 38

ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS 39
ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS 40
ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS 41
ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2024 42



Declaração do Contador

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/10/2018) e pelo Manual SIAFI, **relativas ao encerramento do mês de janeiro de 2024**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – UG 050001.

Brasília, 28 de fevereiro de 2024.

Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Beatriz Gomes Maracajá de Moraes
Gabriel de Araujo Sobrinho
Vanôres Ferreira da Silva Júnior

Lista de Abreviaturas e Siglas

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BA	Bem Avaliado
BACEN	Banco Central
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CB	Custo do Bem
CDE	Cotas de Depreciação Equivalente
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CJF	Conselho da Justiça Federal
CMA	Custo Mensal de Amortização
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CS	Custo do Software
CUTN	Conta Única do Tesouro Nacional
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
EC	Estado de Conservação
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
GDF	Governo do Distrito Federal
IN	Instrução Normativa
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITG	Interpretação Técnica de Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais do *International Accounting Standards Board*
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MTO	Manual Técnico do Orçamento
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PL	Patrimônio Líquido
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor
PVU	Período de Vida Útil
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPV	Requisição de Pequeno Valor
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União

STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
VCLM	Valor Líquido Contábil de Mercado
VD	Valor de Depreciação
VM	Valor de Mercado
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
VR	Valor Residual

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Regime de Caixa X Regime de Competência..... 22
Tabela 2 – Créditos a Receber..... 23
Tabela 3 – Ajuste para Perdas de Créditos Administrativos..... 24
Tabela 4 – Imobilizados (Móveis X Imóveis)..... 25
Tabela 5 – Intangíveis (Vida útil definida X Indefinida)..... 26
Tabela 6 – Conta Precatórios de Terceiros..... 28
Tabela 7 – Saldos Garantias..... 29
Tabela 8 – Saldos de Encerramento..... 30
Tabela 9 – Obrigações Contratuais..... 30
Tabela 10 – Resultado Patrimonial..... 31
Tabela 11 – Variações Patrimoniais (comparativo)..... 31
Tabela 12 – Execução de Despesas por elemento..... 33
Tabela 13 – Restos a Pagar Não Processados..... 34
Tabela 14 – Restos a Pagar Processados..... 35
Tabela 15 – Resultado Orçamentário..... 36

Apresentação

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nossas Demonstrações têm a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial desta Corte. Elas são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pelo Balanço Orçamentário (BO), pelo Balanço Financeiro (BF) e pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e são acompanhadas pelas notas explicativas (NE).

O BP tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A DVP visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O BO, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com aquelas efetivamente realizadas.

O BF tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

A DFC visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/.

A gestão de custos, nos termos da NBC TSP 11 e NBC T 16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção 'Resultados da Gestão' inserida no Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/01/2024	31/12/2023	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE		**711.718.168,01**	**545.677.118,08**	**30,43%**	**57,77%**
Caixa e Equivalente de Caixa	01	606.067.685,71	466.696.622,58	29,863%	49,192%
Créditos de Curto Prazo	02	101.443.006,79	74.637.234,39	35,915%	8,234%
Estoques	03	4.123.550,51	4.250.673,61	-2,991%	0,335%
VPDs Pagas Antecipadamente		83.925,00	92.587,50	-9,356%	0,007%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**520.329.834,16**	**521.182.481,60**	**-0,16%**	**42,23%**
Ativo Realizável a Longo Prazo		8.377.225,39	8.540.391,61	-1,911%	0,680%
Créditos a Longo Prazo		8.377.225,39	8.540.391,61	-1,911%	0,680%
Demais Créditos e Valores a LP	02	9.046.295,79	9.046.295,79	0,000%	0,734%
(-) Ajustes Perdas em Créditos a LP	02	-669.070,40	-505.904,18	32,252%	-0,054%
Imobilizado		468.269.025,31	468.905.695,80	-0,136%	38,007%
Bens Móveis	04	65.610.165,00	66.243.902,55	-0,957%	5,325%
Bens Móveis		113.729.956,49	113.525.927,11	0,180%	9,231%
(-) Depreciação		-48.119.791,49	-47.282.024,56	1,772%	-3,906%
Bens Imóveis	04	402.658.860,31	402.661.793,25	-0,001%	32,682%
Bens Imóveis	11	402.718.320,07	402.718.320,07	0,000%	32,687%
(-) Depreciação	04	-59.459,76	-56.526,82	5,189%	-0,005%
Intangível		43.683.583,46	43.736.394,19	-0,121%	3,546%
Softwares		43.683.583,46	43.736.394,19	-0,121%	3,546%
Softwares	05	45.148.334,30	45.148.334,30	0,000%	3,664%
(-) Amortização	05	-1.464.750,84	-1.411.940,11	3,740%	-0,119%
TOTAL DO ATIVO		**1.232.048.002,17**	**1.066.859.599,68**	**15,48%**	**100,00%**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/01/2024	31/12/2023	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE		**169.149.134,66**	**172.410.845,12**	**-1,89%**	**13,73%**
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar CP	06	22.934.536,62	35.898.480,21	-36,113%	1,861%
Fornecedores e Contas a Pagar – CP		15.816.309,05	3.782,17	418080,808 %	1,284%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		14.744,00	0,00	100,00%	0,001%
Provisões a Curto Prazo	06	31.052.932,19	31.052.932,19	0,000%	2,520%
Demais Obrigações a CP	06	99.330.612,80	105.455.650,55	-5,808%	8,062%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**33.542,35**	**33.542,35**	**0,00%**	**0,00%**
Provisões a Longo Prazo	07	33.542,35	33.542,35	0,000%	0,003%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.062.865.325,16**	**894.415.212,21**	**18,83%**	**86,27%**
Demais Reservas	07	123.473.978,92	123.473.978,92	0,000%	10,022%
Resultado Acumulados		939.391.346,24	770.941.233,29	21,850%	76,246%
Resultado do Exercício		185.609.698,63	45.109.079,78	311,469%	15,065%
Result. de Exercícios Anteriores		770.941.233,29	739.773.654,13	4,213%	62,574%
Ajustes de Exercícios Anteriores	08	-17.159.585,68	-13.941.500,62	23,083%	-1,393%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.232.048.002,17**	**1.066.859.599,68**	**15,48%**	**100,00%**

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	NE	JAN/24 (R$)	DEZ/23 (R$)
ATIVO (I)		**1.232.048.002,17**	**1.066.859.599,68**
Ativo Financeiro		606.067.685,71	466.696.622,58
Ativo Permanente		625.980.316,46	600.162.977,10
PASSIVO (II)		**1.434.366.080,81**	**303.454.135,55**
Passivo Financeiro		1.381.735.907,66	243.112.198,46
Passivo Permanente		52.630.173,15	60.341.937,09
SALDO PATRIMONIAL (III = I – II)		**-202.318.078,64**	**763.405.464,13**

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	NE	JAN/24 (R$)
		SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS ORDINÁRIOS		**-550.647.459,95**
RECURSOS VINCULADOS		**-225.020.762,00**
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.235.644,42
Previdência Social (RPPS)		-204.379.860,74
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-22.876.545,68
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	08	**-775.668.221,95**

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	NE	JAN/24 (R$)	DEZ/23 (R$)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	09	**31.171.670,54**	**26.409.873,60**
Garantias e Contragarantias Recebidas		31.171.670,54	26.409.873,60
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10	**588.286.872,98**	**494.087.598,49**
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		2.684.068,94	2.684.068,94
Obrigações Contratuais		585.602.804,04	491.403.529,55

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/01/2024	31/01/2023	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	11	**317.393.008,09**	**352.638.957,36**	**-9,99%**	**100,00%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.974.527,94	2.255.040,64	31,91%	0,94%
Taxas		2.974.527,94	2.255.040,64	31,91%	0,94%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		6.238.437,85	43.107,41	14371,85%	1,97%
Venda de Mercadorias		8.499,74	0,00	100,00%	0,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		6.229.938,11	43.107,41	14352,13%	1,96%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	397,55	-100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas		307.536.531,71	343.387.110,58	-10,44%	96,89%
Transferências Intragovernamentais		307.536.531,71	343.118.472,58	-10,37%	96,89%
Outras Transferência e Delegações Recebidas		0,00	268.638,00	-100,00%	0,00%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		148.037,92	6.728.923,44	-97,80%	0,05%
Reavaliação de Ativos		0,00	6.660.726,76	-100%	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos		148.037,92	68.196,68	117,07%	0,05%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		495.472,67	224.377,74	120,82%	0,16%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		495.472,67	224.377,74	120,82%	0,16%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/01/2024	31/01/2023	AH	AV
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	11	**131.783.309,46**	**172.993.441,48**	**-23,82%**	**100,00%**
Pessoal e Encargos		68.468.882,85	63.646.799,76	7,58%	51,96%
Remuneração a Pessoal		53.750.720,90	50.474.140,85	6,49%	40,79%
Encargos Patronais		10.538.838,89	9.971.588,46	5,69%	8,00%
Benefícios a Pessoal		4.138.999,30	3.201.070,45	29,30%	3,14%
Outras Variações Patrim. Diminutivas – Pessoal e Enc.		40.323,76	0,00	100,00%	0,03%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		37.197.069,17	34.463.609,09	7,93%	28,23%
Aposentadorias e Reformas		31.058.174,00	28.697.170,17	8,23%	23,57%
Pensões		6.007.534,34	5.671.720,35	5,92%	4,56%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		131.360,83	94.718,57	38,69%	0,10%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.272.853,57	9.525.234,54	-13,15%	6,28%
Uso de Material de Consumo		418.875,68	435.480,93	-3,81%	0,32%
Serviços		6.904.533,29	8.230.272,37	-16,11%	5,24%
Depreciação, Amortização e Exaustão		949.444,60	859.481,24	10,47%	0,72%
Variações Patrimoniais Dim. Financeiras			4.959,73	-100,00%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas		17.202.837,92	14.747.251,94	16,65%	13,05%
Transferências Intragovernamentais		17.196.622,92	14.747.251,94	16,61%	13,05%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		6.215,00	0,00	100,00%	0,00%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		223.521,13	50.268.544,70	-99,56%	0,17%
Reav. Red. a Valor Rec. e Ajustes para Perdas	11	163.166,22	50.098.521,38	-99,67%	0,12%
Desincorporação de Ativos		60.354,91	170.023,32	-64,50%	0,05%
Tributárias		20.868,18	19.414,04	7,49%	0,02%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		14.744,00	14.110,70	4,49%	0,01%
Contribuições		6.124,18	5.303,34	15,48%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		397.276,64	317.627,68	25,08%	0,30%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		397.276,64	317.627,68	25,08%	0,30%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	11	**185.609.698,63**	**179.645.515,88**	**3,32%**	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D = C - B)	% Realizado (C/B)
RECEITAS CORRENTES	12	**444.948,00**	**444.948,00**	**8.279.017,93**	**7.834.069,93**	**1860,67%**
Receitas Tributárias		-	-	2.082.169,50	2.082.169,50	-
Receita Patrimonial		-	-	6.180.545,83	6.180.545,83	-
Receitas de Serviços		16.342,00	16.342,00	9.335,48	-7.006,52	57,13%
Outras Receitas Correntes		428.606,00	428.606,00	6.967,12	-421.638,88	1,63%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		**444.948,00**	**444.948,00**	**8.279.017,93**	**7.834.069,93**	**1860,67%**
DÉFICIT	12			**1.291.015.515,80**	**1.291.015.515,80**	-
TOTAL		**444.948,00**	**444.948,00**	**1.299.294.533,73**	**1.298.849.585,73**	**292010,42%**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dotação Inicial (E)	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (G)	Despesa Liquidadas (H)	Despesas Pagas (I)	Saldo da Dotação (J = F – G)
DESPESAS CORRENTES		**1.983.634.571,00**	**1.983.634.571,00**	**1.273.490.161,75**	**141.603.795,17**	**125.700.522,75**	**710.144.409,25**
Pessoal e Encargos Sociais		1.438.836.003,00	1.438.836.003,00	979.231.179,30	136.857.190,73	120.997.434,53	459.604.823,70
Outras Despesas Correntes		544.798.568,00	544.798.568,00	294.258.982,45	4.746.604,44	4.703.088,22	250.539.585,55
DESPESAS DE CAPITAL		**121.083.926,00**	**121.083.926,00**	**25.804.371,98**	**-**	**-**	**95.279.554,02**
Investimentos		121.083.926,00	121.083.926,00	25.804.371,98	15.718.064,65	15.640.734,11	95.279.554,02
TOTAL	12	**2.104.718.497,00**	**2.104.718.497,00**	**1.299.294.533,73**	**141.603.795,17**	**125.700.522,75**	**805.423.963,27**

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos 31/12/23 (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (F=A+B-D-E)
DESPESAS CORRENTES		**5.106.308,84**	**45.715.876,89**	**7.409.983,74**	**6.405.777,19**	**58.519,96**	**44.357.888,58**
Outras Despesas Correntes		5.106.308,84	45.715.876,89	7.409.983,74	6.405.777,19	58.519,96	44.357.888,58
DESPESAS DE CAPITAL		**356.828,03**	**79.834.514,35**	**105.447,50**	**101.014,63**	**-**	**80.090.327,75**
Investimentos		356.828,03	79.834.514,35	105.447,50	101.014,63	-	80.090.327,75
TOTAL	12	**5.463.136,87**	**125.550.391,24**	**7.515.431,24**	**6.506.791,82**	**58.519,96**	**124.448.216,33**

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A)	Inscritos 31/12/23 (B)	Pagos (C)	Cancelados (D)	Saldo (E = A+B-C-D)
DESPESAS CORRENTES		**81.609.490,10**	**30.242.261,91**	**28.338.110,94**	**-**	**83.513.641,07**
Pessoal e Encargos Sociais		-	25.430.806,19	24.270.760,67	-	1.160.045,52
Outras Despesas Correntes		81.609.490,10	4.811.455,72	4.067.350,27	-	82.353.595,55
DESPESAS DE CAPITAL		**80.774,79**	**77.330,54**	**69.889,93**	**-**	**88.215,40**
Investimentos		80.774,79	77.330,54	69.889,93	-	88.215,40
TOTAL	12	**81.690.264,89**	**30.319.592,45**	**28.408.000,87**	**0,00**	**83.601.856,47**

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

DOS INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/01/2024	31/01/2023
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		**8.279.017,93**	**1.599.494,65**
Vinculadas		14.288.125,55	1.610.499,28
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		14.288.125,55	1.610.499,28
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-6.009.107,62	-11.004,63
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		**307.536.531,71**	**343.118.472,58**
Resultantes da Execução Orçamentária		307.511.697,77	343.101.889,90
Cota Recebida		307.511.697,77	342.147.531,26
Repasse Recebido			13.486,50
Sub-repasse Devolvido			940.872,14
Independentes da Execução Orçamentária		24.833,94	16.582,68
Demais Transferências Recebidas		12.285,43	4.290,84
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.548,51	12.291,84
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	13	**1.175.031.590,93**	**1.258.676.025,70**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		15.903.272,42	421.512,07
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.157.690.738,56	1.257.200.630,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		73.138,97	130.559,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.364.440,98	923.323,56
Arrecadação de Outra Unidade		1.364.440,98	923.323,56
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		**466.696.622,58**	**477.541.062,82**
Caixa e Equivalentes de Caixa		466.696.622,58	477.541.062,82
TOTAL		**1.957.543.763,15**	**2.080.935.055,75**

DOS DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/01/2024	31/01/2023
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		**1.299.294.533,73**	**1.388.183.841,15**
Ordinárias		995.607.904,65	1.024.768.187,91
Vinculadas		303.686.629,08	363.415.653,24
Previdência Social (RPPS)		261.379.860,74	336.685.000,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		42.306.768,34	26.730.653,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	11	**17.196.622,92**	**14.747.251,94**
Resultantes da Execução Orçamentária	11	13.718.211,38	12.208.583,20
Repasse Concedido	13	8.541,38	61.288,20
Sub-repasse Concedido		13.709.670,00	12.147.295,00
Independentes da Execução Orçamentária		3.478.411,54	2.538.668,74
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3.478.411,54	2.538.668,74
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		**34.984.920,79**	**20.639.971,37**
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12	28.408.000,87	12.568.879,38
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12	6.506.791,82	7.940.532,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	01	70.128,10	130.559,95
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	13	**606.067.685,71**	**657.363.991,29**
Caixa e Equivalentes de Caixa		606.067.685,71	657.363.991,29
TOTAL		**1.957.543.763,15**	**2.080.935.055,75**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

	NE	31/01/2024	31/01/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**139.541.967,69**	**180.562.223,87**
INGRESSOS	13	**317.253.129,59**	**345.771.850,74**
Receita Tributária		2.082.169,50	1.578.528,60
Receita Patrimonial		6.180.545,83	
Receita de Serviços		9.335,48	732,15
Outras Receitas Derivadas e Originárias		6.967,12	20.233,90
Outros Ingressos das Operações		308.974.111,66	344.172.356,09
Ingressos Extraorçamentários		73.138,97	130.559,95
Transferências Financeiras Recebidas		307.536.531,71	343.118.472,58
Arrecadação de Outra Unidade		1.364.440,98	923.323,56
DESEMBOLSOS		**-177.711.161,90**	**-165.209.626,87**
Pessoal e Demais Despesas		-150.196.605,67	-139.428.008,68
Judiciário		-98.780.847,98	-91.937.158,24
Previdência Social		-50.692.328,29	-47.485.967,94
Encargos Especiais		-723.429,40	-4.882,50
Transferências Concedidas		-10.247.805,21	-10.903.806,30
Intragovernamentais		-10.247.805,21	-10.903.806,30
Outros Desembolsos das Operações	11	-17.266.751,02	-14.877.811,89
Dispêndios Extraorçamentários		-70.128,10	-130.559,95
Transferências Financeiras Concedidas		-17.196.622,92	-14.747.251,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**-170.904,56**	**-739.295,40**
DESEMBOLSOS		**-170.904,56**	**-739.295,40**
Aquisição de Ativo Não Circulante		-101.014,63	-728.597,59
Outros Desembolsos de Investimentos	04	-69.889,93	-10.697,81
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**139.371.063,13**	**179.822.928,47**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		**466.696.622,58**	**477.541.062,82**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		**606.067.685,71**	**657.363.991,29**

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF). Dessa forma, as demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio do STJ e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira desta Corte.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional utilizada é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo 'Sistema de Débito', disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Compreende ainda os ajustes para perdas com créditos a longo prazo.

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável *(impairment).*

AVALIAÇÃO DE BENS (REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)

Os procedimentos para registro da avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) no Superior Tribunal de Justiça têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente na Instrução Normativa STJ/GP nº 20 de 22 de novembro de 2019, podendo ser acessada pelo link https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/.

Conforme Anexo III da referida IN, a metodologia de cálculo para avaliação de bens é:

BA = VCLM * EC
VCLM = VM – CDE
Onde: BA (Bem Avaliado), EC (Estado de Conservação), VCLM (Valor Líquido Contábil de Mercado), VM (Valor de Mercado) e CDE (Cotas de Depreciação Equivalente)

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS

A base de cálculo para a depreciação e amortização de bens móveis e intangíveis é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Para os bens móveis, como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se o registro, em caráter de exceção, do cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Utiliza-se ainda a tabela constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações que dispõe sobre a vida útil e o valor residual dos bens móveis.

Para os bens intangíveis com vida útil definida, a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso.

A metodologia de cálculo para depreciação e amortização, constante na IN STJ/GP nº 20 de 22 de novembro de 2019, Anexo III é:

Depreciação
VD = (CB-VR)/PVU
Onde: VD (Valor de Depreciação), CB (Custo do Bem), VR (Valor Residual) e PVU (Período de Vida Útil)

Amortização
CMA = CS / PVU
Onde: CMA (Custo Mensal de Amortização), CS (Custo do Software) e PVU (Período de Vida Útil)

DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada, mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2023 em atendimento às Emendas Constitucionais n. 113 e 114/2021.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor puder ser estimado com suficiente segurança sendo constituídas no STJ especialmente para alcançar determinadas despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados (RPNP).

APURAÇÃO DO RESULTADO

Na contabilidade desta Corte são apurados os seguintes resultados: Patrimonial; Orçamentário; Financeiro.

- **RESULTADO PATRIMONIAL**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superávit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

- **RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Vale destacar que, segundo o mesmo artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

A contabilização da receita orçamentária, decorrente da arrecadação tributária, ocorre por meio de registros automáticos com impacto a crédito nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa e a débito na conta de Caixa e Equivalente de Caixa. Essa arrecadação é evidenciada no Balanço Orçamentário (BO) pela realização da receita; e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Por outro lado, há ocorrência também de registros de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no momento do lançamento do tributo, pois é por esse procedimento que se verifica a ocorrência do fato gerador do crédito tributário correspondente quando se determina a matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido e a identificação do sujeito passivo. Nesse caso, representa, de fato, o registro por competência.

O montante dos Impostos, Taxas e Contribuições apurados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) decorre de registro do ingresso da arrecadação tributária e de registro dos créditos tributários a receber. Já o somatório das Receitas Tributárias e das Receitas de Contribuições, evidenciadas no Balanço Orçamentário, é decorrente da arrecadação dos tributos pelo ingresso do recurso na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN).

TABELA 1 – REGIME DE CAIXA X REGIME DE COMPETÊNCIA

REGIMES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO					
REGIME ORÇAMENTÁRIO			REGIME CONTÁBIL (PATRIMONIAL)		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	ARRECADAÇÃO	ART. 35 DA LEI Nº 4.320/1967[1]	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	COMPETÊNCIA	NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 2016

- **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de unidade de tesouraria ou de caixa, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

[1] Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Notas Explicativas

NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas 'Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)' e 'Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento'.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminados por fontes no 'Anexo I'. As fontes 1000, 1027, 1050, 1056 e 1444 equivalem a cerca de 98,24% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida. Convém destacar a presença atípica de saldo relevante na fonte 1138, no valor total de R$ 6.541.645,29. Tal fato se deve ao pagamento por engano, via GRU, de R$ 6.000.000,00 efetuado a esta Corte pela Caixa Econômica Federal - CEF. O destino correto do referido valor é o Supremo Tribunal Federal – STF e os trâmites internos para sua devolução já estão em andamento.

NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Os Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazo estão distribuídos conforme a tabela apresentada a seguir, estando os TEDs detalhados no 'Anexo VI'.

TABELA 2 – CRÉDITOS A RECEBER

CONTAS	31/01/2024 (R$)	31/12/2023 (R$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	38.886.613,03	12.101.465,27	221,34%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	28.045,52	28.045,52	0,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	119.215,99	114.591,35	4,04%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	62.363.538,12	62.363.538,12	0,00%
LONGO PRAZO			
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	546.267,91	546.267,91	0,00%
Créditos a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude – LP	8.391.694,65	8.391.694,65	0,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Terceiros	95.460,23	95.460,23	0,00%
Ajuste por Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	(669.070,40)	(505.904,18)	32,25%
TOTAL	**109.761.765,05**	**83.135.158,87**	**32,03%**

"Adiantamentos Concedidos a Pessoal – Curto Prazo" – Grande diferença observada neste item se deve basicamente ao adiantamento de 50% da gratificação natalina (13º salário) habitualmente pago aos servidores em folha de pagamento suplementar no mês de janeiro.

"Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo" – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, os saldos são devidos por um período inferior a 12 meses.

"Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo" – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, os saldos são devidos por um período superior a 12 meses.

"Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude – Longo Prazo" – Devido pelo CPF 83x.xxx.x77-20, em decorrência de recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/05/2016, de aposentadoria de servidora falecida em 13/10/1999.

"Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos" – O saldo em 31/12/2023 é de R$ 669.070,40 esclarecendo que os percentuais por perdas ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram, respectivamente 3,23%, 21,46% e 31,75%, conforme memória de cálculo a seguir:

TABELA 3 – AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO (CONTAS 113410101; 113410102, 121210401 E 121210402)			
	2021 (R$)	2022 (R$)	2023 (R$)
Créditos Adm. Danos ao Patrimônio Acumulados no Ano (A)	822.775,81	1.039.268,99	981.284,17
Baixas Diversas* (B)	26.572,16	223.049,01	311.510,51
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)*	3,23%	21,46%	31,745%
Créditos Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	796.203,65	816.219,98	669.773,66
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	2.574,56	-
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,315%	0,00%
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	**796.203,65**	**813.645,42**	**669.773,66**

* Baixas por prescrição ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União.

NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almoxarifado do STJ, conforme anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R$ 4.123.550,51;
- Entradas: R$ 304.678,82;
- Saídas (baixa por consumo): R$ 431.801,92;
- Variação negativa de 2,99% entre o saldo final de 2023 e o final de janeiro de 2024 se justifica, entre outros fatores, principalmente pelas seguintes variações:

  (17,36%) - Material de Limpeza e Produtos de Higienização.

  (3,4%) - Material para Manutenção de Bens Imóveis

NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R$ 468.269.025,31, sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis, conforme tabela a seguir:

TABELA 4 – IMOBILIZADOS (MÓVEIS X IMÓVEIS)

IMOBILIZADO

	31/01/2024	31/12/2023 (R$)	AH (%)	AV (%)
BENS MÓVEIS (V = I - II)	**65.610.165,00**	**66.243.902,55**	**18,67%**	**14,01%**
Valor Bruto Contábil (I)	113.729.956,49	113.525.927,11	0,18%	Não se aplica
Depreciação (II)	- 48.119.791,49	- 47.282.024,56	1,77%	Não se aplica
BENS IMÓVEIS (VI = III - IV)	**402.658.860,31**	**402.661.793,25**	**-0,00073%**	**85,99%**
Valor Bruto Contábil (III)	402.718.320,07	402.718.320,07	-3,74%	Não se aplica
Depreciação (IV)	- 59.459,76	-56.526,82	-33,86%	Não se aplica
TOTAL LÍQUIDO (VIII = V + VI)	**468.269.025,31**	**468.905.695,80**	**-1,1%**	**100%**

- ## BENS MÓVEIS

O saldo dos bens móveis desta Corte, em 31/01/2024, está detalhado no Anexo III - Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), destacando:

- Saldo atual: R$ 110.209,516,30;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R$ 253.485,22;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R$ 62.149,00.

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no Anexo III com o respectivo montante na conta SIAFI (R$ 113.729.956,49), verifica-se uma diferença de R$ 3.520.440,19, justificada pelo fato de que a classe de bens Material de Uso Duradouro consta do grupo de Bens Móveis no SIAFI, e no grupo material de consumo no sistema administrativo interno de controle patrimonial, ora denominado Administra.

A variação positiva de R$ 191.336,42 observada no Anexo III entre o saldo final do RMB em 2023 e saldo no fim do mês de janeiro de 2024 se deve, em sua maioria, a aquisição de Coleções e Materiais Bibliográficos (R$ 147.190,12), Material de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (R$ 75.775,50) e Equipamentos de Áudio e Vídeo (R$ 21.596,00).

- ## BENS IMÓVEIS

No encerramento de 2023, os 'Bens Imóveis de Uso Especial' registrados no sistema SPIUnet se referem aos imóveis sob gerência do Tribunal, estando todos localizados em Brasília e discriminados no Anexo V – Bens Imóveis.

Seu saldo atual, deduzido da depreciação acumulada de R$ 59.459,76, é de R$ 402.658.860,31, tendo sido parte desse montante atualizado em 30/01/2023 ao percentual de 7,19% com base na Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 (IPTU), publicada no DODF Nº. 238, de 26/12/2022. Destaca-se que ainda não foi editado o IPTU de 2024.

- BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO

Estes ativos representam os bens imóveis ainda não concluídos, como "Obras em Andamento" no total de R$ 303.322,80 e "Instalações", no montante de R$ 3.375.143,50. Registre-se que foi realizado monitoramento contábil destes saldos em dezembro do exercício passado.

NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa softwares adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal com saldo registrado no Balanço Patrimonial de R$ 43.683.583,46 já deduzido da amortização acumulada do período no valor de R$ 1.464.750,84. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2023, constata-se uma diminuição aproximada de 0,12% nesse grupo do Ativo.

BENS INTANGÍVEIS			
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	2.165.269,13	2.165.269,13	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(1.464.750,84)	(1.411.940,11)	3,74%
Subtotal – Software com Vida Útil Definida	700.518,29	753.329,02	-7,01%
Software com Vida Útil Indefinida	42.983.065,17	42.983.065,17	0,00%
Subtotal – Software com Vida Útil Indefinida	42.983.065,17	42.983.065,17	0,00%
TOTAL	**43.683.583,46**	**43.736.394,19**	**-0,12%**

NOTA EXPLICATIVA 6 – PASSIVO CIRCULANTE

- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Esse grupo contábil é subdividido em férias a pagar (R$ 21.529.827,27), salários, remunerações e benefícios (R$ 1.003.178,91) e encargos sociais a pagar (R$ 352.822,90).

- PROVISÕES A CURTO PRAZO

No encerramento de 2023, foram constituídas provisões no montante de R$ 25.948.306,79 com a finalidade de sensibilizar VPDs de empenhos de RPNP a serem liquidados e pagos em 2024 relativos a despesas cujo fato gerador pode ter ocorrido em 2023, o que será confirmado apenas quando do conhecimento das faturas correspondentes por parte da Administração. Destaca-se que o mencionado valor, somado ao saldo de R$ 5.104.625,40, remanescente de provisões constituídas em 2022, perfaz a monta de R$ 31.052.932,19, conforme detalhamento a seguir:

- **21791.05.00** – Provisão para Serviços de Terceiros - R$ 29.030.994,19 refere-se a diversos serviços de terceiros inscritos em RPNP. Destaca-se que, após execução das respectivas despesas, o saldo desta conta está composto da seguinte forma: a) RPNP inscrito em 2022, não pago em 2023 e reinscrito para 2024: R$ 4.973.304,73 e b) RPNP inscrito em 2023 para pagamento em 2024: R$ 24.057.689,46.

- **21791.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R$ 2.021.938,00 refere-se a RPNP que não se enquadra nos anteriores como por exemplo obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas, entre outras. Destaca-se que, após a execução das respectivas despesas, o saldo desta conta está composto da seguinte forma: a) RPNP inscrito em 2022, não pago em 2023 e reinscrito para 2024: R$ 131.320,67 e b) RPNP inscrito em 2023 para pagamento em 2024: R$ 1.890.617,33.

- DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

Compõe o referido grupo contábil a conta Precatórios de Terceiros, no montante de R$ 78.993.466,95, discriminados conforme tabela abaixo:

TABELA 6 – CONTA PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	
	2024 (R$)
Precatórios Inscrição em Restos a Pagar Processados devido a sobrestamento judicial e ainda pendentes de deliberação	70.087.978,83
Precatórios relacionados com a LOA 2021 pendentes de pagamento	8.905.488,12
TOTAL	**78.993.466,95**

Para os compromissos com passivos judiciais (Precatórios e RPVs) com previsão de pagamento em 2024, informa-se que os saldos atuais registrados nas contas de controle desta Corte, após atualização monetária efetuada mensalmente e com reflexo em contas de passivos dos órgãos devedores originais, são os seguintes: a)

89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário) – R$ 210.968.896,38; b)89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) - R$ 126.383.418,00; e 89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário) – R$ 18.969.151,21.

Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 03/04/2023 e 31/12/2023 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2024.

NOTA EXPLICATIVA 7 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO E DEMAIS RESERVAS

- PROVISÕES DE LONGO PRAZO

O sado neste grupo se refere a despesas de pessoal cujos procedimentos administrativos internos para liquidação não foram concluídos, sendo constituídas provisões no total de R$ 33.542,35, sendo R$ 13.579,23 imputados ao CPF 54x.xxx.x87-15, e R$ 19.963,12 ao CPF 66x.xxx.x09-10.

- DEMAIS RESERVAS

O valor significativo no grupo Demais Reservas se deve ao recente entendimento da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07, a qual orienta a transferência dos saldos da conta Variação Patrimonial Aumentativa – VPA, relativas às reavaliações de bens imóveis, das Demonstrações de Variações Patrimoniais (DVP) para o grupo contábil Patrimônio Líquido (PL) a partir de agosto de 2023, sendo a alteração realizada diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTA EXPLICATIVA 8 – SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo deficitário de R$ 775.668.221,95 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, no fim do mês de janeiro de 2024, é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. A diferença negativa que costuma ocorrer durante o exercício é equalizada ao seu final após o recebimento de todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente. Convém salientar que parte dos passivos a pagar se referem a empenhos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores) que são emitidos com indicação de passivo anterior e, portanto, não afetam o superávit ou déficit apurado no exercício corrente, sendo os mesmos contabilizados na conta de ajuste de exercícios anteriores, que atualmente possui o saldo negativo acumulado de - R$ 17.159.585,68.

NOTA EXPLICATIVA 9 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Refere-se às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R$ 31.171.670,54 está assim distribuído:

TABELA 7 – SALDOS GARANTIAS

GARANTIAS		
	2024 (R$)	%
Seguros-Garantia	30.892.269,66	99,1%
Fianças	191.525,91	0,61%
Cauções	87.874,97	0,29%
TOTAL	**31.171.670,54**	**100%**

NOTA EXPLICATIVA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R$ 588.286.872,98, estão relacionados aos a) Termos de Execução Descentralizada (TED's) e b) contratos firmados entre o Tribunal e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

Em relação aos TEDs, o saldo no fim de janeiro de 2024 é de R$ 69.853.872,86 discriminados conforme tabela abaixo. O Anexo VI apresenta maiores detalhamentos.

TABELA 8 – SALDOS DE ENCERRAMENTO

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED's)			
	2024 (R$)	2023 (R$)	AH (%)
Repassados	69.853.872,86	68.332.231,34	2,227%
Repasses comprovados	4.806.265,80	4.806.265,80	0,00%
A repassar	2.684.068,94	2.684.068,94	0,00%

Já a situação dos contratos em execução no encerramento de janeiro de 2024 comparado ao encerramento de 2023 é:

TABELA 9 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
ESPECIFICAÇÃO	2024 (R$)	2023 (R$)	AH (%)
Contratos de Serviços	492.576.726,57	417.930.481,51	17,86%
Contratos de Aluguel	480.022,38	58.976,08	713,93%
Contratos de Fornecimento de Bens	92.525.905,92	75.983.113,32	21,77%
Seguros	20.149,17	26.995,48	(25,36%)
TOTAL	**585.602.804,04**	**493.999.566,39**	**18,54%**

NOTA EXPLICATIVA 11 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

Consta da tabela a seguir a comparação entre o Resultado Patrimonial apurado nos meses de janeiro de 2023 e 2024:

TABELA 10 – RESULTADO PATRIMONIAL

	31/01/2024	31/01/2023	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	317.393.008,09	352.638.957,36	-9,99%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	131.783.309,46	172.993.441,48	-23,82%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	**185.609.698,63**	**179.645.515,88**	**3,32%**

Para melhor análise do resultado patrimonial, as variações patrimoniais e o desempenho financeiro foram a seguir detalhados:

TABELA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (COMPARATIVO)

	31/01/2024 (R$)	31/01/2023 (R$)	AH
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	**317.393.008,09**	**352.638.957,36**	**-9,99%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.974.527,94	2.255.040,64	31,91%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.238.437,85	43.107,41	14371,85%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0	397,55	-100,00%
Transferências e Delegações Recebidas	307.536.531,71	343.387.110,58	-10,44%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0	268.638,00	-100,00%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp de Passivos	148.037,92	6.728.923,44	-97,80%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	495.472,67	224.377,74	120,82%
(-) VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS (II)	**131.783.309,46**	**172.993.441,48**	**-23,82%**
Pessoal e Encargos Sociais	68.468.882,85	63.646.799,76	7,58%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	37.197.069,17	34.463.609,09	7,93%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.272.853,57	9.525.234,54	-13,15%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		4.959,73	-100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	17.202.837,92	14.747.251,94	16,65%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.215,00	0	100,00%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp de Passivos	223.521,13	50.268.544,70	-99,56%
Tributárias	20.868,18	19.414,04	7,49%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	397.276,64	317.627,68	25,08%
RESULTADO PATRIMONIAL DAS VPA E VPD FINANCEIRAS (III = I - II)	**185.609.698,63**	**179.645.515,88**	**3,32%**

- VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos - Variação atípica neste item se deve ao pagamento por engano, via GRU, de R$ 6.000.000,00 efetuado a esta Corte pela Caixa Econômica Federal - CEF. O destino correto do referido valor é o Supremo Tribunal Federal – STF, conforme melhor detalhamento na 'Nota Explicativa 1'.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos – A alta redução verificada neste item justifica-se pela reavaliação dos bens imóveis no âmbito deste STJ que em 2023 foi efetuado em janeiro, mas em 2024 ainda não.

- VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)

Pessoal e Encargos Sociais" e "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" - Corresponde 75% a 80% de despesa com folha de pagamento de pessoal aprovada na LOA de 2024, cuja variação está relacionada, entre outros, com ajuste salarial autorizado em lei.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos - A redução exorbitante verificada neste item justifica-se pela reavaliação dos bens imóveis no âmbito deste STJ que em 2023 foi realizado em janeiro, mas em 2024 ainda não foi feito.

- RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

A variação positiva no Resultado Patrimonial de 3,32%, na comparação entre os meses de janeiro de 2023 e 2024, justifica-se em sua maioria pelas variações observadas nos itens: VPA: "Transferências e Delegações Recebidas" VPD: "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos".

NOTA EXPLICATIVA 12 – RESULTADO ORÇAMENÁRIO

- DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No encerramento de janeiro de 2024, o Resultado Orçamentário se mostra deficitário em R$ 1.291.015.515,80. A situação decorre do fato desta Corte não ser ente arrecadador de receitas, e depender, dessa forma, de recursos arrecadados e repassados pela União.

- RECEITAS

As receitas realizadas, rotineiramente, superam consideravelmente suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme se pode observar no Capítulo 7 - Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2023, em sua 8ª versão de 24/03/2023. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas informações por meio da mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

- DESPESAS CORRENTE, DE CAPITAL E JUDICIAIS

As despesas de pessoal, correntes e judiciais (precatórios e RPVs) correspondem quase a totalidade dos empenhos executados em 2024, cujo detalhamento é apresentado a seguir:

TABELA 12 – EXECUÇÃO DE DESPESAS POR ELEMENTO

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (R$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R$)
Aposent. Res. Rem e reformas	221.782.825,12	42.959.537,82
Pensões	42.251.501,57	8.196.278,90
Contrib. a entidade fechada previdência	6.800.000,00	653.933,67
Out. Benef.assist. do serv. e do militar	6.445.000,00	605.362,75
Venc. e vantagens fixas - pessoal civil	591.365.000,00	73.886.465,34
Obrigações patronais	102.800.000,00	9.882.928,53
Diárias - pessoal civil	1.080.000,00	21.622,47
Outras despesas variáveis - pessoal civil	3.900.000,00	196.364,18
Material de consumo	3.932.012,79	9.613,35
Passagens e despesas com locomoção	3.507.673,20	

Serviços de consultoria	2.158.849,46	
Outros serviços de terceiros – pessoa física	470.000,00	3.461,96
Locação de mão-de-obra	109.976.527,53	
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	71.614.124,73	63.141,39
Serviços de tec. da inf./com–PJ	56.210.094,51	14.040,17
Auxílio-alimentação	39.000.000,00	3.598.217,57
Obrigações Tributarias e contributivas	151.444,00	15.366,40
Auxílio-transporte	39.500,00	4.838,31
Equipamentos e material permanente	97.255,70	
Pensões especiais	65.800,00	5.295,00
Sentenças judiciais	2.405.000,00	114.743,78
Despesas de exercícios anteriores	17.159.585,68	1.212.674,01
Indenizações e restituições	7.224.339,44	117.609,12
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	8.858.000,00	42.300,45
Total	**1.299.294.533,73**	**141.603.795,17**

- ## DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária no exercício de 2023 apresentou as seguintes informações:

1. O Orçamento aprovado no Congresso Nacional para esta Corte na LOA 2024 (Lei 14.822/2024), devidamente atualizado, foi de R$ 2.104.718.497;

2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na LOA 2024 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 37 da Lei nº 14.791/2023 – LDO;

3. As movimentações externas de crédito, até o momento, são enquadradas como destaques recebidos e, em sua maioria, destinadas para pagamento de precatórios e RPVs. Já os destaques concedidos a outros órgãos geralmente são realizados para atender aos Termos de Execução Descentralizada (TED), como por exemplo custeio de imóveis funcionais do Senado cedidos aos Ministros desta Corte. Houve provisões concedidas à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R$ 13.709.670,00;

4. Até a presente data, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento;

5. Consta no Anexo VIII a evolução da execução orçamentária da LOA 2024 detalhada nesta Unidade Orçamentária (UO) 11101;

6. As despesas de pessoal não executadas orçamentariamente no mês de competência, tendo como base as informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestrais, somaram até o encerramento do mês de janeiro de 2024 a monta de R$ 954.322,10, registrada na conta SIAFI de Despesa com Pessoal a Executar – RGF, em atenção à Macrofunção SIAFI n. 021142, itens 8.3.2 e 8.3.2.2.

- ## DO RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO

No quadro "Da Execução dos Restos a Pagar não Processados", a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2023 totaliza R$ 131.013.528,11, dos quais cerca de 4,97% foram pagos e 0,045% cancelados.

TABELA 13 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
Restos a Pagar não Processados de 2023	R$ 125.550.391,24
Restos a Pagar não Processados reinscritos	R$ 5.463.136,87
TOTAL	**R$ 131.013.528,11**

No quadro "Da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados", a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2023 totaliza R$ 112.009.857,34, dos quais cerca de 25,36% foram pagos e 0,00%.

TABELA 14 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
Restos a Pagar Processados de 2023	R$ 30.319.592,45
Restos a Pagar Processados reinscritos	R$ 81.690.264,89
TOTAL	**R$ 112.009.857,34**

Em relação aos restos a pagar processados e não processados liquidados no presente exercício, destacamos:

- R$ 1.835.303,61 refere-se ao empenho 2015NE000342 ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 071xxxxx/0001-96;

- R$ 70.087.978,83 relaciona-se ao Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O Relatório de Gestão Fiscal desta Corte pode ser consultado no endereço http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral.

NOTA EXPLICATIVA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

- DO RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

Ao final de janeiro de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo, o resultado financeiro foi positivo em R$ 139.371.063,13. O aumento significativo em comparação com o saldo no encerramento de 2023 se deve principalmente à redução da despesa orçamentária e ao aumento significativo de recebimentos extraorçamentários.

TABELA 15 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

	31/01/2024 (R$)	31/12/2023 (R$)	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	8.279.017,93	38.588.974,08	-78,55%
Despesa Orçamentária (II)	1.299.294.533,73	2.731.304.933,90	-52,43%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (III = I - II)	**-1.291.015.515,80**	**-2.692.715.959,82**	**-52,06%**
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	307.536.531,71	2.873.056.837,32	-89,30%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	17.196.622,92	306.522.264,51	-94,39%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS (VI = IV - V)	**290.339.908,79**	**2.566.534.572,81**	**-88,69%**
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.175.031.590,93	177.570.710,54	561,73%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	34.984.920,79	59.305.252,43	-41,00%
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO (IX = VII - VIII)	**1.140.046.670,14**	**118.265.458,11**	**863,97%**
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (X = III+VI+IX)	**139.371.063,13**	**-7.915.928,90**	**>100%**

- ## DOS RECEBIMENTOS EXTRAORDINÁRIOS

Os saldos de R$ 15.903.272,42 e R$ 1.157.690.738,56 observados no grupo contábil “Ingresso”, subconta “Recebimentos Extraorçamentários” do Balanço Financeiro (BF), embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados, respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos por esta Corte no exercício corrente e que ainda não foram pagos. Tal informação consta neste BF tão apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros ‘INGRESSOS’ e ‘DISPÊNDIOS’.

- ## SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA)

O saldo de R$ 606.067.685,71 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2024 corresponderá no final do exercício ao total da dotação atualizada para esta Corte, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

Anexos

ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	31/01/2024 (R$)	AV
1000 – Recursos Livres da União	507.118.407,29	83,7439%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	2.267.452,15	0,3744%
1027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	5.905.391,61	0,9752%
1050 – Recursos Próprios Livres da UO	5.409.601,00	0,8933%
1052 – Recursos Livres da UO	1.118.481,17	0,1847%
1056 – Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	6.368.136,55	1,0516%
1138 – Melhoria da Prestação Jurisdicional	6.541.645,29	1,0803%
1444 – Demais. Aplic. Autor. p/ Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro, Excetuados o Refinanciamento da Dívida Pública	70.087.978,83	11,5741%
1491 – Recursos Diversos	415,33	0,0001%
3050 – Recursos Livres da União (Exercícios Anteriores)	740.800,90	0,1223%
TOTAL	**605.558.310,12**	**100,000%**

ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/01/2024 (R$)

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL 01/2024	SALDO FINAL 12/2023	AH 2024/2023
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	30.830,36	30.830,36	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	2.040,00	2.040,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	21.306,18	21.306,18	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	0,00	0,00	17.132,86	17.132,86	0,00%
Material Químico	0,00	831,00	0,00	831,00	-100,00%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	0,00	0,00	35,50	35,50	0,00%
Material para Expediente	2.814,00	6.728,04	162.725,90	166.639,94	-2,35%
Material de Processamento Dados	0,00	342,70	555.037,22	555.379,92	-0,06%
Material de Acondicionamento e Embalagem	0,00	1.566,85	46.384,69	47.951,54	-3,27%
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	1.245,32	4.720,18	31.676,74	35.151,60	-9,89%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	233,28	79.306,18	376.494,31	455.567,21	-17,36%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	126.811,44	126.811,44	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	7.076,91	22.842,78	448.336,84	464.102,71	-3,40%
Material para Manutenção de Bens Móveis	716,35	3.877,74	116.133,79	119.295,18	-2,65%
Material Elétrico e Eletrônico	6.210,78	10.655,75	1.317.032,37	1.321.477,34	-0,34%
Material de Manobra e Patrulhamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Proteção e Segurança	6.468,00	6.494,22	13.797,91	13.824,13	-0,19%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	0,00	617,53	617,53	0,00%
Material para Comunicações	0,00	9.999,90	932.640,41	942.640,31	-1,06%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	0,00	4.522,40	91.972,30	96.494,70	-4,69%
Material para Manutenção de Veículos	86.233,24	86.233,24	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	0,00	3.129,40	3.129,40	0,00%
Ferramentas	0,00	0,00	8.336,88	8.336,88	0,00%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	0,00	0,00	144,48	144,48	0,00%
Material Bibliográfico	12.692,96	12.692,96	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	1.921,38	1.921,38	0,00%
TOTAL	**304.678,82**	**431.801,92**	**4.123.550,51**	**4.250.673,61**	**-2,99%**

ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/01/2024 (R$)

ESPECIFICAÇÃO	ENTR/REAVAL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL 01/2024	SALDO FINAL 12/2023	AH 2024/2023
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	0,00	60.883,74	60.883,74	0,00%
Apar e Equip. de Comunicação	0,00	0,00	4.692.679,29	4.692.679,29	0,00%
Apar Médicos e Odontológicos	0,00	0,00	642.124,69	642.124,69	0,00%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	8.076,00	0,00	1.113.261,88	1.105.185,88	0,73%
Armamentos	0,00	0,00	265.037,71	265.037,71	0,00%
Col e Materiais Bibliográficos	147.190,12	0,00	956.209,60	809.019,48	18,19%
Equipamentos de Segurança	0,00	0,00	3.972.834,73	3.972.834,73	0,00%
Equip Industrial	0,00	0,00	26.407,00	26.407,00	0,00%
Equipamentos Energéticos	0,00	0,00	143.269,36	143.269,36	0,00%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	100.894,56	100.894,56	0,00%
Equip de Áudio e Vídeo	21.596,00	0,00	15.755.652,86	15.734.056,86	0,14%
Máq, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	106.835,13	106.835,13	0,00%
Material TIC	75.775,50	0,00	29.479.457,59	29.403.682,09	0,26%
Máquinas de escritório	0,00	0,00	112.619,31	112.619,31	0,00%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.558.867,52	6.558.867,52	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	0,00	113.118,49	113.118,49	0,00%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	7.205,70	7.205,70	0,00%
Computadores*	0,00	0,00	3.152.279,91	3.152.279,91	0,00%
Mobiliário em Geral	847,80	0,00	7.704.221,29	7.703.373,49	0,01%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	0,00	0,00	7.256.893,69	7.256.893,69	0,00%
Impressoras*	0,00	0,00	472.611,01	472.611,01	0,00%
Telefonia*	0,00	0,00	1.718.495,98	1.718.495,98	0,00%
Veículos Diversos	0,00	0,00	250.542,89	250.542,89	0,00%
Peça não Incor. ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	62.149,00	14.223.231,85	14.285.380,85	-0,44%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	**253.485,42**	**62.149,00**	**110.209.516,30**	**110.018.179,88**	**0,174%**

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta "Equipamento de Tecnologia da Informação de Comunicação/TIC".

ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS, EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO E TERMOS DE CESSÃO DE USO

BENS EM PODER DE TERCEIROS	VALOR DE ENTRADA (R$)	VALOR LÍQ. CONTÁBIL (R$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	4.471,86
Sala da Engemil	432.101,75	63.176,38
Sala da Gráfica Digital	116.699,10	60.512,91
Sala da RCS Tecnologia	124.332,93	50.246,88
Sala da Staefa	45.590,27	9.081,66
Sala dos Estoquistas	68.460,74	19.223,48
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Com. e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,34	30.690,81
Estúdio Fotográfico	297.230,89	82.540,48
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	3.906,98
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.537.829,47	208.963,96
Eletrocontrole Engenharia LTDA	52.809,58	12.612,70
Restaurante	869.096,76	206.865,07
TOTAL	**7.643.565,95**	**755.114,19**

CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	VALOR TOTAL (R$)	VALOR TOTAL GERAL (R$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do SP Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	21.683,65
TOTAL	**340.170,00**	**29.042,57**

EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	VALOR DE ENTRADA (R$)	VALOR LIQ CONTÁBIL (R$)
Diversos	20.700,57	2.379,81

TERMOS DE CESSÃO DE USO	RECEITAS (JANEIRO)
SICOOB Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	-
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	-
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	-
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	-
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	-
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	-
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	-
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	-
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	-
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	R$ 5.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	-
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019	-
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019	-
TOTAL	**R$ 5.000,00**

ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO

ESPECIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	31/01/2024 (R$)
Sede do Superior Tribunal de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	293.982.369,63
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.175.925,39
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.407.405,18
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.729.376,98
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	77.019.251,39
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.639.055,78
Residencial - 01	9701030675008	1.410.533,28
Residencial - 02	9701030685003	1.410.533,28
Residencial - 03	9701030705004	677.042,42
Residencial - 04	9701032295008	1.063.042,79
Residencial - 05	9701032335000	1.767.761,36
Residencial - 06	9701034625005	2.225.730,44
Residencial - 07	9701035425000	988.930,04
Residencial - 08	9701040635009	765.925,64
Residencial - 09	9701044705001	451.054,61
Residencial - 10	9701047815002	699.572,53
Residencial - 11	9701047865000	881.953,46
Residencial - 12	9701048065007	1.673.576,05
Residencial - 13	9701048915000	600.071,16
Residencial - 14	9701050875002	1.556.668,54
Residencial - 15	9701050905009	1.844.787,19
Residencial - 16	9701224595000	1.975.984,63
Residencial - 17	9701335775006	1.093.302,00
TOTAL		**399.039.853,77**

ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SALDO ATUAL A REPASSAR
1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	1.699.202,13	567.891,95
1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	6.511,30	53.135,35
1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	60.970,13	83.659,87
1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	501.333,32	298.666,68
1AAQES	CNJ-STJ 001/2023 Melhorias na Informatização do Processo Judicial	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00
1AAQGW	STJ-CJF 001/2023 Serviços Gráficos	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	920.573,11	219.426,89
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.941.191,73	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	2.101.310,40	2.040.022,20	61.288,20
TOTAL		**69.853.872,86**	**67.169.803,92**	**2.684.068,94**

*Valores Registrados (71221.02.01)

**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03 + 81221.02.01)

ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS

03/04/2023 A 31/12/2023

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	SALDO EM 31/12/2023 (R$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA558/23 – NS 29267/23	81.090.164,52
TOTAL			**81.090.164,52**

PREVISTOS NA LOA 2024

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	SALDO EM 31/12/2023 (R$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA514/23 - NS 27401/23	128.693.208,33
TOTAL			**128.693.208,33**

ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2024

TOTAL AUTORIZADO		R$ 2.104.718.497,00
	PREVISTO (R$)	EXECUTADO (R$)	SALDO EXEC %
PROGRAMA			
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	2.086.581.296,00	125.238.559,04	6,00%
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	4.087.256,00	723.429,40	17,70%
0999 - Reserva de Contingência	14.049.945,00		0,00%
FUNÇÃO			
02 – Judiciária	1.626.017.238,00	74.606.695,59	4,59%
09 - Previdência Social	460.564.058,00	50.631.863,45	10,99%
28 - Encargos Especiais	4.087.256,00	723.429,40	17,70%
99 - Reserva de Contingência	14.049.945,00		0,00%
SUBFUNÇÃO			
061 - Ação Judiciária	482.344.984,00	213.410,65	0,04%
122 - Administração Geral	831.595.588,00	60.156.924,88	7,23%
128 - Formação de Recursos Humanos	15.069.670,00	261.465,69	1,74%
272 - Previdência do Regime Estatutário	460.564.058,00	50.631.863,45	10,99%
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	162.936.662,00	4.394.394,23	2,70%
846 - Outros Encargos Especiais	138.157.590,00	10.303.929,54	7,46%
999 - Reserva de Contingência	14.049.945,00		0,00%
GRUPO DE DESPESA			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.438.836.003,00	120.997.434,53	8,41%
3 - Outras Despesas	544.798.568,00	4.964.553,91	0,91%
4 – Investimentos	121.083.926,00	0,00	0,00%
9 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%

FONTE POR GRUPO DE DESPESA

Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
1000	70.365.571,08	4.964.553,91	0,00	0,00	1.590.228.505,00	75.330.124,99	4,74%
1001	0,00	0,00	0,00	0,00	173.313.328,00	0,00	0,00%
1027	0,00	0,00	0,00	0,00	53.480.986,00	0,00	0,00%
1050	0,00	0,00	0,00	0,00	16.342,00	0,00	0,00%
1052	0,00	0,00	0,00	0,00	428.606,00	0,00	0,00%
1056	50.631.863,45	0,00	0,00	0,00	287.250.730,00	50.631.863,45	17,63%
TOTAL	**120.997.434,53**	**4.964.553,91**	**0,00**	**0,00**	**2.104.718.497,00**	**125.961.988,44**	**5,98%**

STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA